



## SENADO FEDERAL

### Consultoria Legislativa

#### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

**Data da reunião:** 19/10/2016

**Presidente:** Senador Aloysio Nunes Ferreira

#### 1ª Parte - SABATINA

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p><b>MSF 88/2016</b></p> <p><b>Ementa:</b> Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.</p> <p><b>Autoria:</b> Presidente da República</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senadora Ana Amélia	Pronto para deliberação. <a href="#">[relatório]</a>	<p>Indicação da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.</p> <p>1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;</p> <p>2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p><b>MSF 89/2016</b></p> <p><b>Ementa:</b> Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.</p> <p><b>Autoria:</b> Presidente da República</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	<p>Senador Fernando Bezerra Coelho</p> <p>Relatoria <i>ad hoc</i>: Senador Antonio Anastasia</p>	<p>Pronto para deliberação.</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>Indicação da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.</p> <p>1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;</p> <p>2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.</p>
3	<p><b>MSF 92/2016</b></p> <p><b>Ementa:</b> Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.</p> <p><b>Autoria:</b> Presidente da República</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	<p>Senador Jorge Viana</p>	<p>Pronto para deliberação.</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>Indicação do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.</p> <p>1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;</p> <p>2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.</p>

2ª Parte - DELIBERATIVA

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p><b>MSF 90/2016</b></p> <p><b>Ementa:</b> Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.</p> <p><b>Autoria:</b> Presidente da República</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Tasso Jereissati	<p>Pronto para deliberação.</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>Indicação do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.</p> <p>1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.</p>
2	<p><b>MSF 93/2016</b></p> <p><b>Ementa:</b> Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.</p> <p><b>Autoria:</b> Presidente da República</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador José Agripino	<p>Pronto para deliberação</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>Indicação do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.</p> <p>1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p><b>PLS 17/2007</b></p> <p><b>Ementa:</b> Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Paulo Paim</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	<p>Senador Tasso Jereissati</p>	<p>Pela rejeição.</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>O projeto autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, no Estado do Rio Grande do Sul. Com esse objetivo, deverá criar o cargo de reitor da respectiva universidade e demais cargos de direção e funções gratificadas necessárias à implantação da entidade; dispor sobre a organização, competências, atribuições, denominação de unidades e cargos, suas especificações e funções e lotar na referida universidade aqueles que se fizerem necessários ao seu funcionamento.</p> <p>O relator manifesta-se pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, pois a criação de universidades federais, ou de qualquer outro órgão público, recai no âmbito da competência exclusiva do Poder Executivo. Entende também haver inconstitucionalidade por dispor de modo a interferir na competência privativa do Presidente da República de celebrar tratados, convenções e atos internacionais. Por fim, ressalta a existência da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), localizada no Paraná, em funcionamento desde 2010.</p> <p>1) A matéria vai a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.</p>
4	<p><b>PLS 259/2009</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Flexa Ribeiro</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	<p>Senador Valdir Raupp</p>	<p>Pela prejudicialidade.</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>O projeto altera o art. 23 da Lei Orgânica da Saúde, para ampliar o rol de serviços de assistência à saúde em que a participação de empresas ou capitais estrangeiros é permitida, a saber: hospital geral, inclusive filantrópico; laboratórios de análises clínicas, de anatomia patológica e de genética humana; serviço de fisioterapia; e serviço de diagnóstico por imagem. Excluem-se desse rol os serviços de cirurgia cardiovascular, terapia ou propedêutica hemodinâmica, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise e transplantes, bem como bancos de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, por serem considerados “estratégicos” e “de interesse nacional”. Além disso, a participação de empresas ou capitais estrangeiros é facultada somente aos hospitais gerais que atendam a requisitos estabelecidos no projeto. Por fim, a proposta estabelece outra restrição: a participação de empresas ou capitais estrangeiros será permitida apenas às pessoas jurídicas organizadas sob a forma de sociedades anônimas, com no mínimo 51% do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.</p> <p>Apreciada a matéria pela CAE, foi aprovado Substitutivo que, essencialmente, visa a reduzir as restrições impostas às empresas e capitais estrangeiros na área da saúde.</p> <p>No âmbito da CCJ, foi aprovado parecer pela declaração de prejudicialidade, tendo em vista a publicação da Lei nº 13.097/2015, que possui abrangência mais ampla.</p> <p>Na CRE, o relator reitera os termos do parecer aprovado na CCJ, manifestando-se pela prejudicialidade pelas mesmas razões então apresentadas.</p> <p>1) Em 09/12/2014, foi aprovado o relatório favorável, como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), ao Projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.</p> <p>2) Em 02/09/2015, foi aprovado parecer pela prejudicialidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.</p> <p>3) A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.</p>

Data da reunião: 19/10/2016

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	<b>PRS 56/2015</b> <b>Ementa:</b> Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia. <b>Autoria:</b> Senador Jorge Viana <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Lasier Martins	Pela aprovação. <a href="#">[relatório]</a>	O projeto institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia. Trata-se, nos termos do art. 1º da proposição, de serviço de cooperação interparlamentar, cuja finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.  1) A Matéria vai à Comissão Diretora
6	<b>PRS 48/2016</b> <b>Ementa:</b> Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia. <b>Autoria:</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Armando Monteiro	Pela aprovação. <a href="#">[relatório]</a>	O projeto almeja instituir o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia, o qual, de acordo com o art. 1º da proposição, é definido como “serviço de cooperação interparlamentar”, cuja finalidade é “incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos”. Dentre os elementos que motivam a constituição do grupo parlamentar são indicados pelo autor, e sublinhados pelo relator: os interesses fronteiriços, o antigo relacionamento bilateral diplomático e comercial, intensificados nos últimos anos, e o processo de paz em curso na Colômbia, após longo conflito armado interno, como elementos catalisadores para a aproximação parlamentar entre os dois países.  1) A Matéria vai à Comissão Diretora
7	<b>RQS 743/2016</b> <b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação de S.Exa. no Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda Reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), organizado pelo Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que acontecerá de 28 novembro a 1º de dezembro de 2016, em Nairóbi (Quênia). <b>Autoria:</b> Senadora Ana Amélia <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	-	Pendente de relatório.	Requerimento da Senadora Ana Amélia, que requer que seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação de S.Exa. no Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda Reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), organizado pelo Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que acontecerá de 28 novembro a 1º de dezembro de 2016, em Nairóbi (Quênia).

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.